

ESCOLAS HISTÓRICAS – DISCUSSÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DE DOIS EXEMPLOS PRINCIPAIS: A “ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ” E A “ESCOLA DOS ANNALES”

José D'Assunção Barros*

Resumo: Este artigo tem por objetivo conduzir uma discussão inicial acerca da noção de “Escola” nos estudos historiográficos. Ao lado desta discussão, o conceito de “paradigma” também é analisado, incluindo as possibilidades de interação deste conceito com a noção de “escola histórica”. Depois desta parte inicial, são desenvolvidas algumas considerações em torno de dois movimentos que podem ser denominados “escolas” na historiografia: a Escola Histórica Alemã, do século XIX, e a Escola dos Annales, na França do século XX. Os casos examinados interessam precisamente para a abordagem de alguns problemas relacionados ao conceito de “escola histórica”.

Palavras-chave: Escola Histórica; Paradigma; Historiografia.

Abstract: This article aims to conduct an initial discussion about the notion of “Scholl” in the Historiography studies. Besides this discussion, the concept of “paradigm” is also analyzed, including the possibilities of interaction of this concept with the notion of “historiography school”. After this initial part, they are developed some considerations around to movements that can be called schools in the Historiography: the German Historic School of the nineteenth century, and the “Annales School”, in French of twenty century. The cases examined are interesting precisely to approach some problems related to the concept of “historiography school”.

Key-words: Historic School; Paradigm; Historiography.

* Professor-adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de graduação e pós-graduação em História; professor-colaborador do Programa da Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jose.assun@globo.com

ESCOLA E PARADIGMA: DOIS CONCEITOS A SEREM DISCUTIDOS

Uma “Escola” – fora a noção mais vulgar que se refere exclusivamente a instituições de Ensino – pode ser entendida no sentido de uma “corrente de pensamento”, sempre que ocorre um padrão ou programa mínimo perceptível no trabalho de grupo formado por um número significativo de praticantes de determinada atividade ou de produtores de certo tipo de conhecimento, sendo ainda importante que haja uma certa intercomunicação entre estes praticantes, a constituição de uma identidade em comum, frequentemente também ocorrendo a consolidação de meios para a difusão das ideias do grupo, como é o caso de Revistas especializadas controladas por seus membros ou programas veiculados em mídias diversas. Será importante entender ainda que as “escolas” podem apresentar uma referência sincrônica – relacionada a autores ou praticantes de uma mesma época – e uma referência diacrônica, no sentido de que a “Escola” pode se estender no tempo e abarcar sucessivas gerações, ou ser por elas reivindicada.

A Historiografia, no decorrer de sua própria história, conheceu muitas “escolas históricas”. Algumas eram entendidas como “escolas” pelos seus próprios praticantes, outras foram classificadas como escolas independentemente de seus componentes. Uma boa parte das “escolas históricas” até hoje conhecidas relacionaram-se a espacialidades específicas, não raro se referindo a países a que pertenciam os historiadores que nela se viram incluídos. É assim que, no século XVIII, conhecemos a “Escola Escocesa”, que se referia a eruditos iluministas atuantes na Escócia como Adam Fergusson, John Millar ou David Hume. No século XIX, podemos lembrar a “Escola Alemã”, que reunia historiadores alemães ligados ao paradigma historicista, e no século XX podemos falar em uma “Escola Marxista Inglesa”, que reunia historiadores marxistas do Reino Unido que se vinculavam à Revista *Past and Present* e que propunham certas renovações no corpo teórico-prático do Materialismo Histórico. A base comum de uma “escola histórica” em torno de uma revista, aliás, também foi bastante comum na história da historiografia, e podemos lembrar o movimento que ficou conhecido como Escola dos Annales, ao se remeter a historiadores franceses do século XX que tiveram como principal instrumento de divulgação de seu trabalho a revista de mesmo nome, ou, ainda, a Escola Metódica, que reunia historiadores também franceses através da *Revue Historique*.¹ Muitos também enxergam como uma “escola” os historiadores ligados à micro-história italiana, que apresenta uma base nos *Quaderni Storici*, embora neste caso os

próprios historiadores envolvidos não se vejam deste modo.

Para que se tenha uma “Escola Histórica”, é preciso, desta maneira, que haja certo padrão ou linguagem comum entre seus participantes, ou outro elemento qualquer que seja forte o suficiente para estabelecer uma unidade – o que pode se dar através do Método, de uma determinada perspectiva teórica, de uma determinada maneira de entender a História, ou do pertencimento a determinado paradigma historiográfico. Pode-se falar ainda, para caracterizar uma Escola, em um “programa” em comum, para utilizar uma expressão de Andrés Burguière em um artigo de 1979 sobre “O Nascimento dos Annales”.

Nem sempre é fácil encontrar elementos em comum quando se discute o trabalho de um grupo de historiadores vinculados a uma Revista ou Instituição: discute-se, por exemplo, se a chamada “Escola dos Annales” era mesmo uma escola², se constituía um “movimento historiográfico”, se chegou a apresentar algo que poderia ser entendido como um “novo paradigma historiográfico”³, ou se na verdade abrigava dois ou mais paradigmas.⁴ Há mesmo os que rejeitam a ideia de que a Escola dos Annales teria produzido o tão propalado corte na historiografia francesa, como é o caso de Jean Glénisson, que, em ensaio de 1965 sobre a *Historiografia Francesa Contemporânea*, chega a falar de uma “tranqüila evolução” da historiografia francesa “desde cem anos”.⁵

De todo modo, apesar das habituais dificuldades classificatórias, o espírito de grupo que determinados historiadores terminam por constituir, trabalhando para uma finalidade comum, frequentemente é forte o suficiente para que se crie a ideia de uma “Escola”. Marc Bloch e Lucien Febvre, à parte certos pontos em comum que se referiam às críticas contra a historiografia francesa tradicional representada pelos metódicos, apresentavam influências e estilos historiográficos distintos, mas isto não impediu que erigissem um dos movimentos mais bem sucedidos da historiografia contemporânea. Sua unidade – além de estratégias bem calculadas para a conquista de um espaço institucional – foi assegurada por um programa mínimo, em torno da ideia da “interdisciplinaridade”, da multiplicação de interesses historiográficos para além do “político”, e da necessidade de opor radicalmente uma “História-Problema” a uma historiografia que consideravam factual. Mas a verdade é que, no interior destes parâmetros, os historiadores dos Annales desenvolveram diversificadas formas de trabalho.

Outro aspecto importante a ressaltar é que, face ao sucesso ou projeção de um determinado grupo que tenha constituído ou ficado conhecido como uma “Escola”, não raramente surgem os herdeiros, os que se postulam como continuadores da escola em questão, mesmo que já tenham se distanciado dos aspectos que unificavam a escola historiográfica na sua origem. Não é incomum que se estabeleçam polêmicas acerca da continuidade ou descontinuidade de

um determinado grupo de historiadores em relação a outro grupo anterior que seja evocado como elemento identitário importante. Podemos dar o exemplo da notória polêmica sobre a continuidade ou descontinuidade entre o arco que abrange as duas primeiras gerações da chamada Escola dos Annales (1930-1968), e a chamada *Nouvelle Histoire*, que reúne novos historiadores franceses em torno da mesma *Revista dos Annales* que um dia fora fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os historiadores ligados à *Nouvelle Histoire* seriam mesmo legítimos herdeiros dos Annales – tal como propõe Peter Burke em seu livro “A Escola dos Annales – Revolução Francesa da Historiografia” (1990) – ou, tal como propõe François Dosse, há muito mais uma ruptura entre a Escola dos Annales e esta outra corrente, que a partir das últimas décadas do século XX tende a desenvolver o que foi por muitos chamado de “Uma História em Migalhas”?⁶ Se a polêmica existe, o que se percebe é que o gesto de se auto-inscrever em uma “Escola Histórica” também está frequentemente relacionado a mecanismos formadores de Identidade, à imagem que determinado grupo pretende projetar de si mesmo. Os próprios historiadores da *Nouvelle Histoire* tendem a desejar reforçar esta vinculação com as gerações de Marc Bloch e de Braudel. Eis aqui um exemplo de que o pertencimento a uma “escola” é também uma construção da qual podem participar os próprios sujeitos envolvidos.

Conceito importante para contrapor ao de “Escola” é o de “Paradigma”. Em obra de 1962 sobre a *Estrutura das Revoluções Científicas*, que alcançou extraordinário sucesso, o físico e historiador da ciência Thomas Kuhn (1922-1996) define o que seria um “paradigma” na História das Ciências.⁷ Este conceito, obviamente, precisa ser beneficiado de adaptações para o estudo das ciências humanas, tal como reconhece o próprio Kuhn em estudo posterior⁸, pois as ciências sociais e humanas tendem a ser multiparadigmáticas. De todo modo, o conceito é útil, e podemos utilizá-lo para nossos próprios propósitos. À parte o sentido filosófico, que se refere a um modelo de tratamento com relação a determinado aspecto ou questão singularizados, Kuhn define o paradigma – no sentido sociológico, que é o que estará mais interessando aqui – como “um conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento”. É verdade que Kuhn priorizava em sua análise as ciências exatas e naturais, e por vezes se refere ao paradigma como uma espécie de macro teoria, marco ou perspectiva que se aceita de forma geral por toda a “comunidade científica”. A análise funciona particularmente bem para o caso da Física, que apresentou um grande paradigma dominante desde Newton e até a emergência de novos paradigmas no século XX. Um paradigma sempre apresenta o interesse de criar e reproduzir condições para ampliar o conhecimento, respondendo os problemas que são colocados pela sua época. Mas, a certa altura ele depara-se com seus próprios limites, e

começa a se apresentar como inadequado. Quando o paradigma não é capaz de resolver todos os problemas, que podem persistir ao longo de anos ou séculos, ele é gradualmente posto em cheque, porque se começa a questionar se ele constitui mesmo o “marco” mais adequado para a resolução de problemas ou se deveria ser abandonado. Nestes momentos, em que se estabelece uma “crise”, ocorreria a proliferação de novos paradigmas que competiriam entre si até que um conseguiria se impor como o enfoque mais adequado, produzindo-se uma Revolução Científica. Desde já, é importante salientar que Kuhn mostra-se ciente da não homogeneidade dos campos de saberes, uma vez que se expressa em termos de que seria impingida, ao praticante que adentra o seio da comunidade científica, uma certa formação que se constrói em torno de “uma falsa ideia de linearidade da evolução de seu respectivo campo especializado”.

Na História e nas Ciências Humanas, há necessidade de maior adaptação destes vários conceitos, em primeiro lugar porque as diversas teorias tendem aqui a ser essencialmente concorrentes, bem como disponíveis para a comunidade historiográfica sem que se possa dizer que haja predomínio de uma só perspectiva. Fica mais difícil, para o caso das ciências sociais e humanas, falar em uma “revolução científica” que estabeleça uma hegemonia, ou que produza a substituição de um novo paradigma pelo paradigma tradicional, como se houvesse uma única sucessão de paradigmas, no sentido sociológico da expressão. As teorias na Física frequentemente foram englobantes, ao menos até fins do século XIX: uma teoria mais completa habitualmente incorporava a outra, superando-a, e além disto se mostrava capaz de resolver também novos problemas. Deste modo, se há uma ruptura, de alguma maneira o novo paradigma de nutre de conquistas anteriores, redimensionando-as.⁹ Com as ciências humanas, em contrapartida, se cada teoria permite de fato resolver novos problemas, de modo geral não se pode dizer que um paradigma supere o outro.

Vale lembrar que, em outro momento de suas reflexões, Thomas Kuhn chega a falar em uma “matriz disciplinar”, que corresponderia a um universo mais amplo que afeta a comunidade científica em questão.¹⁰ O conceito pode ser interessante para a comunidade historiadora, no sentido de há certos princípios que realmente são aceitos pela ampla maioria dos historiadores – como a necessidade de uma base empírica nas fontes ou como a consideração da perspectiva do tempo – e que deste modo poderiam corresponder a uma “matriz disciplinar”, sendo que esta por sua vez poderia abrigar dentro de si um certo número de paradigmas concorrentes. A matriz disciplinar, para o caso da História, corresponderia ao que Michel de Certeau se referiu como um certo conjunto de características que configuram “um lugar, uma prática, e uma escrita”, mas também a própria rede de pressões que vem da comunidade de historiadores e que interfere no “lugar de produção” de uma *Operação*

Historiográfica (1974).¹¹

Jörn Rüsen adaptou o conceito em seu ensaio *Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica*.¹² Ainda para Thomas Kuhn, seria sempre preciso considerar um certo patamar básico de conhecimentos e pressupostos que existiriam como necessários, aos olhos da comunidade científica, de modo a dar suporte à concepção e à recepção das questões científicas em determinado campo de conhecimento. É aqui que a noção de “matriz disciplinar” torna-se operante.

As adaptações destes vários conceitos são relevantes para a historiografia, e particularmente para o estudo das “Escolas Históricas”, desde que sempre tenhamos em vista as especificidades da Historiografia. O que ocorre com a Historiografia e outras ciências humanas é que, de um lado, nelas não se impõe ao seu praticante em formação essa ilusão de uma evolução linear de seu campo de conhecimento. Desde cedo, o historiador em formação toma conhecimento de que existem diversos paradigmas concorrentes, diversas teorias que se complementam ou que se confrontam, conceitos flexíveis a serem operacionalizados. Conscientizado de que trabalhará com escolhas, o historiador percebe na sua formação que a situação habitual é mesmo a proliferação de paradigmas concorrentes, e dificilmente se pode dizer que tenha ocorrido alguma vez a imposição de um paradigma único. Seria útil pensar na imposição, sim, de uma certa “matriz disciplinar”, aliás em contínua transformação através do devir histórico, no interior da qual se afirmam paradigmas diversificados.

Pensadas em um quadro de historicidade e de adequação às ciências humanas, as noções de “matriz disciplinar” e de “paradigma” podem se adaptar particularmente ao estudo das “escolas históricas”. A “Matriz Disciplinar” corresponde a um universo mais amplo que dificilmente seria colocado em questionamento pela ampla maioria dos historiadores – tal como a necessidade de uma referência à base documental, aspecto sem o qual a própria disciplina perderia a sua identidade nos moldes como hoje a concebemos. Quanto aos paradigmas, esses expressam posicionamentos distintos sobre questões fulcrais que redefinem a prática historiográfica, e podemos exemplificar com a contraposição entre o paradigma Positivista e o paradigma Historicista no século XIX, apenas para dar um exemplo. O “paradigma”, contudo, não se impõe necessariamente contra certos aspectos que constituem o núcleo fundamental da “matriz disciplinar”, e podemos lembrar aqui as reflexões do micro-historiador italiano Carlo Ginzburg sobre as “Raízes de um Paradigma Indiciário”, em um artigo de 1986 no qual historia a emergência nas ciências humanas de um novo modelo epistemológico relacionado a uma inovadora abordagem dos indícios.¹³ Apesar de propor a consideração de um novo paradigma, em nenhum momento Ginzburg coloca em cheque a necessidade da referência a “bases de fontes

históricas”, o que já constitui uma dimensão da própria matriz disciplinar da História atualmente em vigor. O próprio Ginzburg vem, aliás, em defesa desta matriz em outro artigo, de 1979, intitulado “Provas e Possibilidades”¹⁴, no qual polemiza contra certas posições sustentadas por Hayden White¹⁵ que ameaçam aproximar perigosamente a historiografia da ficção. O exemplo mostra que afirmar um paradigma na história não implica em afrontar elementos fundamentais da matriz disciplinar.

É preciso dizer ainda que as “Escolas Históricas”, definíveis por questões diversas que asseguram a unidade de um grupo e também por questões identitárias que se estabelecem entre seus componentes, podem se inserir no interior de um paradigma ou não, e pode mesmo ocorrer que historiadores de uma mesma escola constituam paradigmas distintos. O paradigma pode também abarcar, em alguns casos, diversas escolas, e podemos lembrar o caso do Historicismo, que encontrou difusão não apenas na Escola Alemã, como também entre inúmeros outros historiadores, que por vezes se vêem agrupados em diversas escolas historicistas nacionais.

Feitas estas observações norteadoras, poderemos passar a estudos de caso. Desde já, será preciso considerar que o estudo sistemático das Escolas Históricas chega a abarcar toda a extensão da história da historiografia moderna, já que teremos escolas historiográficas desde o período da Ilustração até os tempos atuais. Por isso, viabilizaremos esta reflexão escolhendo duas escolas historiográficas específicas que consideramos importantes para a própria história da historiografia, reconhecendo que outras também poderiam ser escolhidas. Em um primeiro momento, discutiremos a escola Alemã do século XIX – uma escolha que permite examinar uma escola que se inclui no interior de um único paradigma, no caso o Historicismo.

Em um segundo momento, examinaremos a Escola dos Annales, no século XX – o que também oferecerá a oportunidade para que seja abordada, por contraste a Escola Metódica que se estabelece nos anos 1870 e se estende até as primeiras décadas do século XX. A Escola dos Annales, que já de saída enseja uma discussão se estamos de fato ou não diante de uma “escola” – permite vislumbrar uma situação distinta da Escola Alemã do século XIX. Isto porque, no caso dos Annales, estes não são de modo nenhum abarcados por um único paradigma, e há mesmo autores que discutem que os Annales produziram vários paradigmas. Estas questões – às quais não poderemos dar uma resposta única, mas apenas pontuá-las como questões extremamente relevantes para a historiografia – trazem o benefício de mostrar que os conceitos de “escola historiográfica” e “paradigma” não se superpõem. Uma Escola pode sintonizar-se com vários paradigmas; um paradigma pode abarcar ou interagir com várias escolas. De igual maneira, uma “escola” pode combinar elementos

distintos de dois paradigmas, como aliás foi o caso da Escola Metódica, ao constituir-se em uma interação dos paradigmas Historicista e Positivista. Os três exemplos – a Escola Alemã, a escola Metódica, a Escola dos Annales – mostram-nos que os conceitos de “escola” e de “paradigma” podem interagir; mas um não pressupõe o outro. Ao final, mencionaremos rapidamente o caso da Escola Inglesa da historiografia marxista, apenas para mostrar a situação em que um mesmo paradigma pode incluir dentro de si escolas diversas.

A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ

Nossa escolha inicial recairá na Escola Alemã, que começa a se constituir na passagem do século XVIII para o século XIX e que conhecerá um grande momento de projeção a partir da terceira década do século XIX. A importância desta escola para a história da historiografia é bem conhecida, e histórias da historiografia diversas, que vão desde o ensaio escrito em 1913 por Gooch sobre *A História e os Historiadores no século XIX*¹⁶, chegando até o recente ensaio de Julio Aróstegui sobre *A Pesquisa Histórica*¹⁷, estão de acordo sobre a importância da Escola Alemã como um importante ponto de inflexão da historiografia européia. Para além da constituição da História como disciplina universitária, a Escola Alemã terá no estabelecimento de um método crítico das fontes e na montagem dos grandes arquivos duas de suas contribuições fundamentais para a instituição de uma historiografia que começa a se apresentar como científica. Para além disto, a Escola Alemã, que na verdade encaminha um novo paradigma historiográfico que ficaria conhecido como “Historicismo”, será responsável pela consolidação da figura do “historiador” como um tipo específico de profissional e intelectual que passa a tomar para si o cargo da pesquisa historiográfica, que um dia fora realizada por eruditos com interesses mais diversificados.

A emergência da Escola Alemã está relacionada a dois fatores bem específicos, e na verdade complementares: um desenvolvimento novo que se desdobra da própria historiografia, a partir da imposição da necessidade de uma metodologia específica de trabalho, e um contexto singular, que é o da consolidação dos estados nacionais após o período da Restauração, com o fim das guerras napoleônicas. Deve-se dizer ainda que o novo paradigma historicista, que se difundirá a partir desta escola, também atingirá outras espacialidades para além da região que hoje constitui a Alemanha, de modo que em diversos países europeus também surgirão historiadores prontos a adotar o paradigma historicista.

O novo modelo historiográfico trazido pelo Historicismo desenvolvido pela Escola Histórica Alemã pode ser oposto adequadamente a um segundo

paradigma que também encontrou importante expressão no século XIX: o Positivismo. É importante também salientar que nem sempre está isenta de polêmicas a classificação de um historiador pertencente a uma determinada Escola no que se refere às suas relações com determinado paradigma historiográfico. Se tomarmos o exemplo de Ranke – um dos fundadores da Escola Histórica Alemã – e que aqui vincularemos ao paradigma historicista, iremos encontrar autores que chegam a classificá-lo como “positivista”, conforme ocorre com Adam Schaff em seu ensaio *Verdade e História*.¹⁸ Isto se dá porque este autor, e não é o único, trabalha com certa definição de Positivismo que considera o seu principal eixo delimitador a questão da intenção de “neutralidade” sustentada pelo historiador frente aos resultados e encaminhamentos de sua pesquisa. Como Ranke deixou registrado o célebre dito de que “pretendia relatar os fatos tal como eles aconteceram”, o que em certa medida implica na neutralidade do historiador, uma polêmica se estabelece neste ponto.¹⁹ Podemos lembrar, a meio caminho, as considerações do filósofo brasileiro Ivan Domingues, que em *O Fio e a Trama* percebe em historicistas como Ranke, Boekl e Niebuhr um “positivismo difuso que acompanha as suas obras.”²⁰

A parte estas ambigüidades a serem consideradas, o que sustentaremos aqui é que existe, sim, uma coincidência entre a Escola Alemã, desde seus primórdios, e o desenvolvimento do paradigma historicista no século XIX – mas devendo-se considerar que este paradigma é construído gradualmente até atingir o seu formato mais completo na segunda metade do século XIX. O vínculo entre o Historicismo e os historiadores ligados à fundação da Escola Alemã, como Ranke e Niebuhr, é sustentado por autores como Josep Fontana, em sua *História dos Homens*²¹, ou como Georg Iggers, em seu ensaio de 1968 intitulado *A Concepção Alemã da História*.²² O mesmo ocorre com Friedrich Meinecke, que também enfatiza a importância dos primeiros historiadores da Escola Alemã para as origens do Historicismo.²³ Deste modo, os analistas estabelecem uma relação essencial entre a Escola Alemã e o desenvolvimento de um novo paradigma que ficaria conhecido como Historicismo, o que não impede que autores como Karl Heussi, em *Crise do Historicismo*, empenhem-se em discutir em maior detalhe as complexidades envolvidas na utilização da expressão “Historicismo.”²⁴

Para retomar a questão do contexto historiográfico que preside a projeção da Escola Alemã, devemos considerar que duas grandes questões que se colocavam para os historicistas alemães no século XIX eram a vontade de realizar a unificação alemã – uma vez que todo o vasto território de fala germânica estava então partilhado em inúmeras realidades políticas menores – e também o projeto de encaminhar a modernização sem maiores riscos

revolucionários. Para além disto, particularmente com a Escola Histórica Alemã, os historicistas de primeira hora se apresentaram muito habitualmente como sustentáculos das estruturas monárquicas – sendo particularmente forte a Monarquia Prussiana como financiadora do projeto nacional historicista sob sua jurisdição – e ainda havia uma boa parte de historicistas que buscavam justificar no Passado as permanências de instituições de origem feudal ainda persistentes no seu Presente. De modo geral, no contexto da Restauração e em virtude das viscerais oposições entre alemães e franceses, os historiadores da Escola Histórica Alemã eram vigorosos críticos da Revolução Francesa, e ao lado disto não desprezavam as épocas anteriores – inclusive a Idade Média – como haviam feito alguns dos iluministas do século XVIII. Qualquer época, para um historicista alemão, tinha a sua própria importância e deveria ser examinada consoante critérios a ela adequados, bem como de acordo com seus próprios valores. O mesmo raciocínio valia para as diversas espacialidades, e cada nação deveria ser compreendida em sua singularidade. O projeto inicial do Historicismo Alemão, conforme se pode ver, é por um lado tão conservador quanto o do Positivismo francês, mas já apresenta um elemento novo, que é o de elaborar uma história especificamente nacional, portanto não universalista.

No fundo, tanto o Positivismo como o Historicismo foram, à partida, frutos de uma mesma necessidade de época, representada pelo paradoxo de encaminhar uma modernização política que viabilizasse aquele desenvolvimento industrial que atenderia às exigências da burguesia triunfante, e ao mesmo tempo conservar alguns privilégios sociais da nobreza, Tal como assinala Josep Fontana²⁵, a esta necessidade em comum de realizar o consenso entre nobreza e burguesia, o Positivismo e o Historicismo ofereceram respostas diferenciadas: o Positivismo Francês oferecia o consenso com base na ideia de universalismo; o Historicismo Alemão buscava proporcionar o consenso social ancorado na ideia de nacionalismo. Para tanto, era necessário realizar uma nova forma de História, cujos dois principais pilares foram a recuperação de uma documentação alemã que remontava aos tempos medievais, e o desenvolvimento de um novo método de crítica destas fontes com inspiração filológica.

As motivações políticas das elites francesas e germânicas não diferiam muito, conforme se pode ver, no que se refere à necessidade de estabelecer consenso e de desmobilizar posturas revolucionárias, mas as suas respostas marcaram caminhos muito distintos, e o Particularismo Histórico proposto pelo Historicismo encaminhado pela Escola Histórica Alemã logo se oporá menos ou mais radicalmente ao Universalismo Positivista. De igual maneira, ao “homem universal” que um dia fora objeto de estudo dos iluministas, e que agora era reivindicado como conceito central pelos positivistas do século XIX, o Historicismo sustentado pela Escola Alemã opunha o “indivíduo concreto”,

particular, histórico e sujeito à finitude. Ao menos em uma das pontas da operação historiográfica – a que se referia às fontes históricas a serem criticadas e às sociedades examinadas (isto é, ao objeto historiográfico) – o Historicismo era já relativista mesmo nos seus primórdios. Nisto se conformava o seu avanço, a sua novidade com relação aos esquemas universalistas que o Positivismo herdara do Iluminismo, mas já despojados de seu caráter revolucionário.

A busca da singularidade de tudo o que é histórico deveria estar alicerçada em uma rigorosa crítica das fontes, compreendidas como evidências deixadas por seres humanos que, de uma maneira ou outra, vinculavam-se a pontos de vista que precisavam ser compreendidos e criticados pelo historiador. Por isso, uma das principais contribuições da Escola Alemã relaciona-se, certamente, ao estabelecimento da Crítica Documental, e os principais aspectos que constituem o novo método crítico que estava se estabelecendo aparecem já no Prólogo e Apêndice do primeiro livro publicado por Ranke – a “História dos Povos Românicos e Germânicos”, datada de 1824²⁶ – e também em textos incluídos na *História de Roma* de Niebuhr.²⁷ Esta importante contribuição dos primeiros historicistas alemães foi abordada por Pasamar²⁸, que faz notar que, mais tarde, a crítica documental chegaria a ser sistematizada em manuais próprios, como o de Bernheim, publicado em 1889.²⁹

Com relação ao paradigma historicista que é trazido pela Escola Alemã, e que a transcenderá atingindo outros países da Europa, podemos compreendê-lo por oposição ao paradigma Positivista, também importante na mesma época. A oposição fundamental entre Positivismo e Historicismo dá-se em torno de três aspectos fundamentais: a dicotomia Universalidade / Particularidade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a Leis Gerais validas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das Ciências Naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do Historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social).

Com relação aos padrões Positivista e Historicista, é importante ressaltar que, enquanto o Positivismo, como paradigma, já está praticamente pronto desde o início do século XIX – já que herda uma série de pressupostos do Iluminismo, embora por vezes invertendo a sua aplicação social e vindo a constituir de fato uma visão de mundo tendencialmente conservadora, ao contrário dos setores mais revolucionários do pensamento Ilustrado – já o Historicismo estará construindo o seu paradigma no decurso do próprio século XIX. Influências mais isoladas lhe chegavam de autores precursores como Herder ou Vico, que já estavam no século XVIII atentos à relatividade das sociedades humanas contra a tendência predominante na intelectualidade da

época, representada por autores ligados ao Iluminismo, e que tendiam a pensar na Natureza Universal do Homem e em uma história ‘universalizante’, e não ‘particularizante’. Mas foram poucas as vozes que sintonizariam, neste século anterior, com as preocupações que seriam tão frequentes entre os historicistas oitocentistas.

Os Positivistas contam de fato com toda uma fortuna crítica que inclui as já clássicas discussões iluministas em torno de questões que lhes seriam caras: a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente *objetivo*; a construção de uma história *universal*, comum a toda a humanidade; a possibilidade de amparar um conhecimento científico sobre as sociedades humanas com base na ideia de *imparcialidade* do sujeito que produz o conhecimento. Estes princípios, no que apresentam de mais essencial, sustentam-se sobre a noção de que haveria uma “natureza imutável do Homem”. São estes fundamentos, que já vinham sendo discutidos há muito pelo pensamento ilustrado, que o Positivismo tomaria para si, emprestando-lhes uma nova coloração. Por isto, podemos dizer que, no essencial das questões que irá colocar a si mesmo, o Positivismo já inicia o século XIX com um quadro bastante claro de seus posicionamentos, enquanto que já o Historicismo se apresentará no decurso do século XIX como algo que aqui tomaremos a liberdade de chamar de “Historicismo em Construção”.

Para os primeiros historicistas, nada de fato está propriamente pronto. O Historicismo ainda precisará construir a si mesmo, e esta tarefa estará precisamente a cargo da Escola Histórica Alemã, estendendo contribuições diversas em um arco que irá de Leopold Ranke – ainda preocupado em “narrar os fatos tal como eles aconteceram” – até Droysen e Dilthey, historicistas relativistas que já se ocupam em trazer para a historiografia uma reflexão sobre a subjetividade do próprio sujeito que constrói a história, bem como sobre a singularidade do padrão metodológico a ser encaminhado pela Historiografia: um padrão “compreensivo” e não “explicativo” como nas ciências naturais. Esta mesma discussão estender-se-á através do século XX, chegando a obras como “Verdade e Método”, de Hans-Georg Gadamer³⁰, “Tempo e Narrativa”, de Paul Ricoeur³¹, e a outros historicistas modernos como Henri-Irénne Marrou.³²

Para além destes traços iniciais que se constituem a partir do confronto entre Historicismo e Positivismo, poderemos prosseguir fazendo notar que outra distinção fundamental entre o Positivismo e o Historicismo trazido pela Escola Alemã refere-se também ao contraste de suas perspectivas sobre o Homem – percebido como uma natureza imutável, pelos positivistas, e como um ser em movimento e em processo de diferenciação, pelos historicistas. De outro lado, os dois paradigmas também se opõem precisamente no que se refere ao papel

da Objetividade e da Subjetividade na produção do conhecimento histórico. Aferrados a um modelo cientificista que procura aproximar ou mesmo fazer coincidir os modelos das Ciências Naturais e das Ciências Sociais e Humanas, os Positivistas tendem a enxergar a subjetividade – do mundo humano examinado, mas também do historiador – como um problema para uma história que postula ocupar um lugar entre as ciências. Já os historicistas, que construirão seus posicionamentos em torno desta questão ao longo das várias décadas do século XIX, tenderão no limite a enxergar a subjetividade não como um problema, mas como uma riqueza, ou mesmo como aquilo o que precisamente permite à História constituir-se em um conhecimento dotado de uma especificidade própria. Haverá também, no arco historicista, os que, reconhecendo-a, buscam controlar a subjetividade, impor-lhe limites; mas os maiores nomes das últimas décadas do século XIX, que estendem sua contribuição para uma continuidade com os historicistas do século XX, chegam a realizar efetivamente a virada relativista, e a lidar com a subjetividade (inclusive a do próprio historiador) como algo que não compromete a cientificidade do trabalho historiográfico.

Será oportuno lembrar Gustav Droysen, um historicista ligado à Escola Alemã que escreve nas últimas décadas do século XIX, e que já passa a sustentar mais ou menos claramente a relatividade e a historicidade do próprio historiador, tal como fica explícito em “A objetividade do Eunuco”:

Eu não aspiro a atingir senão, nem mais nem menos, a verdade relativa ao meu ponto de vista, tal como minha pátria, minhas convicções políticas e religiosas, meu estudo sistemático me permitem ter acesso [...] é preciso ter a coragem de reconhecer esta limitação, e se consolar com o fato de que o limitado e o particular são mais ricos que o comum e o geral. Com isso, a questão da objetividade, de atitude não-tendenciosa do tão louvado ponto de vista de fora e acima das coisas, é para mim relativizada.³³

Posições análogas à de Droysen, assumindo a impossibilidade de neutralização do historiador, também já haviam sido sustentadas, mesmo antes, por Gervinus (1805-1871) e Sybel (1817-1895), entre outros historiadores ligados à Escola Alemã.³⁴ Uma boa abordagem das implicações das intersubjetividades que se relacionam ao momento da interpretação histórica foram analisadas em maior detalhe por Jörn Rüsen em “Narratividade e Objetividade”³⁵, que faz notar que Gervinus já discutira a questão da subjetividade que afeta o historiador em “As Grandes linhas da História”³⁶, da mesma forma como o fizera Sybel em um texto de 1856 intitulado “Sobre o

Estado da Moderna Historiografia Alemã.”³⁷

Se Droysen e outros historicistas já começavam a reconhecer bem francamente a historicidade do próprio historiador, e a necessidade de levar isto em consideração naquilo que concerne à operação historiográfica, deve ser atribuída a Wilhelm Dilthey (1833-1911) a mais sofisticada defesa oitocentista de uma postura metodológica específica para a História e as demais ciências do espírito, por oposição ao padrão das ciências da natureza. Para Wilhelm Dilthey, a oposição entre ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) e ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) estaria relacionada à oposição fundamental entre duas posturas metodológicas: a Compreensão e a Explicação, respectivamente relacionáveis às ciências do espírito e às ciências da natureza. Enquanto estas últimas poderiam se ater a uma “explicação exterior” dos fatos, já a História – ou qualquer outra das hoje chamadas ciências humanas – estaria vinculada à necessidade de “compreender” (*Verstehen*) os fenômenos humanos, de entendê-los não apenas em sua forma externa, mas também por dentro, perscrutando seus sentidos, suas implicações simbólicas, ideológicas, vivenciais, ou, em uma palavra, seus significados. Esta oposição entre a “Compreensão” típica das ciências humanas, e a “Explicação” típica das ciências naturais, tornar-se-ia clássica, uma referência não só para o historicismo como para, de modo geral, boa parte da historiografia do século XX em diante.

Estas são, enfim, as contribuições fundamentais da Escola Alemã: o desenvolvimento da Crítica Documental, a montagem de grandes arquivos para a História Nacional, a instituição da História como disciplina universitária, a consolidação da figura do Historiador como especialista, e o desenvolvimento de um paradigma historicista que buscará reconhecer a singularidade do objeto historiográfico, as intersubjetividades que afetam o historiador, e a necessidade de se estabelecer um padrão metodológico distinto entre as ciências humanas e as ciências da natureza. Com relação ao que, na Escola Alemã, tornar-se-ia posteriormente objeto de críticas mais severas, correntes historiográficas posteriores criticariam os setores mais retrógrados do historicismo alemão e sua tendência a se restringirem a uma historiografia política, por vezes exclusivamente narrativa e não-problematizada, como preconizará o modelo enfatizado pela Escola dos Annales. Estas críticas, aplicáveis a certo setor do Historicismo oitocentista, foram exageradas e generalizadas pelos Annales com vistas a desenvolver uma estratégia específica de projeção do movimento no quadro institucional francês, de modo que devem ser sempre examinadas com cautela.

Vale lembrar ainda que a Escola Alemã deixaria suas influências em outras escolas européias. A vertente rankeana do Historicismo Alemão, por exemplo, estenderá influências sobre a Escola Metódica da França – na verdade

uma escola que chega a combinar influências do historicismo mais conservador com referências positivistas que vinham de historiadores como Taine e Renan. Os grandes nomes da Escola Metódica seriam Monod, Langlois, Seignobos e Lavissee, e seria ela o principal alvo dos ataques proferidos por Lucien Febvre nas primeiras décadas do século XX, no período de formação da Escola dos Annales.

A ESCOLA DOS ANNALES E AS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONTRA A HISTÓRIA HISTORIZANTE

A segunda Escola Histórica que escolhemos examinar, em função de sua importância para o desenvolvimento da historiografia do século XX, é a Escola dos Annales. Todos os estudiosos do movimento são unânimes em considerar um dos principais traços do movimento, senão o seu traço mais significativo, a interdisciplinaridade que se dá através da interação entre os Annales, já desde a primeira geração, e as Ciências Sociais de seu tempo. As Ciências Sociais, que representavam uma inovação e uma revitalização para o conhecimento sobre o Homem, já vinham empreendendo uma vigorosa crítica de Escolas Históricas que não correspondiam mais às expectativas dos novos tempos trazidos pelo século XX. Entre seus principais alvos, estava a já mencionada Escola Metódica, que ocupava importantes posições institucionais na França. Os fundadores do movimento dos Annales cedo perceberam que as novas Ciências Sociais precisariam ser enfrentadas pelos historiadores através da assimilação de algumas de suas ideias e de sua adaptação aos objetivos da História, um campo de conhecimento já milenar e que, já fazia um século, introduzira-se nas Universidades Europeias como disciplina.

Ao lado disto, já a História Historizante a que se refere Lucien Febvre em seus *Combates pela História*³⁸, ela mesmo alvo das nascentes Ciências Sociais, precisariam ser vencidas de maneira implacável, através da demonstração de que eram conservadoras, inoperantes, antiquadas, ou mesmo inúteis para a Vida ou para a Modernidade. Desta maneira, Marc Bloch e Lucien Febvre iniciam sua sistemática demolição daquilo que passaria a ser visto como um Paradigma Historiográfico a ser superado e vencido. Os impactantes e por vezes sarcásticos textos de Febvre incluídos em *Combates pela História* ilustram bem este trabalho demolidor. Naturalmente que, como em toda luta, estratégias e táticas precisavam ser desenvolvidas, e isto já foi bem estudado por autores como François Dosse em *História e Migalhas*³⁹, que procura descrever o período de ascensão dos Annalistas como uma luta em duas frentes: contra um adversário a ser desmoralizado – a História Historizante – e contra um adversário a ser respeitado mas submetido: as diversas Ciências Humanas que começavam a se

afirmar no cenário intelectual europeu.

Diga-se de passagem, já há também estudos que procuram demonstrar aos aspectos mais exagerados da crítica dos annalistas contra alguns dos segmentos historiográficos que foram por eles reunidos sob o rótulo de “História Historizante”, “História Factual”, ou mesmo, um tanto impropriamente, “História Positivista”. Carbonell e Levi, por exemplo, procuram denunciar alguns exageros de Febvre e outros annalistas em suas críticas.⁴⁰ O mesmo Carbonell já havia buscado apontar estes excessos críticos na sua *História do Positivismo* na França, um texto de 1978⁴¹. Ou seja, décadas após a vitória triunfante dos Annales, consolidada na França e em outras partes do mundo através das influências da *Nouvelle Histoire*, começa-se a examinar criticamente o próprio conteúdo crítico desfechado pelos Annales contra seus adversários historiográficos.

Hoje, percebe-se que os primeiros annalistas, sobretudo Febvre, utilizaram como tática a dicotomização entre duas “histórias” – uma nova história, representada por eles mesmos, e uma “velha história”, na qual enquadravam sob o rótulo de “história historizante” alguns setores dos quais divergiam, como se estes fizessem parte de uma única e grande corrente. Da mesma forma, também não eram os historiadores dos Annales os únicos interessados em renovar a História. Mas interessava ao grupo dos annalistas valer-se desta ‘dicotomia útil’, e ela aparece bem expressa em alguns dos artigos de Lucien Febvre, tal como um artigo de 1938 que traz como título “A História deles e a nossa.”⁴² De todo modo, as críticas dos Annales seriam vitoriosas porque realmente estavam afinadas com um novo tempo, com a modernidade das Ciências Humanas através de inovações que já começavam a ser encetadas em outros campos de conhecimento, e com uma nova proposta de fazer a história que já se impunha como uma necessidade, sob o risco de a História-Conhecimento perder consideravelmente terreno e interesse como modalidade de estudos sobre o Homem que já vinha ocupando o primeiro plano desde o século XIX.

De fato, se não tivessem os Annales tomado a seu encargo encaminhar esta crítica de maneira tão virulenta quanto possível, outros o fariam, porque os novos tempos já o pediam. No próprio século XIX, já ocorrera a ainda solitária crítica do filósofo Friedrich Nietzsche na *Segunda Consideração Extemporânea*, (“Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida”), na qual empreendia impiedosa crítica em torno de diversos modos historiográficos de seu tempo.⁴³ Marx e Engels já haviam introduzido desde meados do século uma nova Filosofia da História que, essencialmente, opunha-se à História Política e Factual de seu tempo pela própria proposta de análise que encaminhavam, embora não tenham se ocupado de atacar os historiadores da época em particular.

E, em um texto de 1903 intitulado “Método da História e Ciências Sociais”⁴⁴, o sociólogo francês François Simiand já desfechara rigorosa crítica à história que ele já chamava de “historizante”. Este texto, aliás, serviria de base a Febvre e Bloch na sua posterior crítica contra a História Eventual, já no período de formação dos Annales. Vejamos, sinteticamente, alguns dos principais aspectos que caracterizam o novo movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, e que permitiriam, de alguma maneira, enxergá-lo como uma Escola Histórica.

A HISTÓRIA-PROBLEMA

A primeira palavra de ordem em torno da qual se organiza a identidade dos Annales nas duas primeiras gerações é a “História-Problema”. Contra o historicismo de cunho mais retrógrado, a História-Problema dos Annales vai se colocar em confronto com um antigo modo de escrever a História: o da organização do caos de eventos em uma Trama da qual, antes mesmo da pesquisa, o historiador já conhece o seu fim. Esta narrativa linear – que tem como modelo a biografia unilinear e falsamente coerente, com início e fim – corresponde a um dos principais pontos de ataque dos primeiros annalistas, e de Lucien Febvre em particular. A este tipo de história narrativa, Febvre irá chamar de “história factual”, no sentido de uma história que se compraz em extrair dos documentos os fatos (geralmente políticos) e em ordená-los cronologicamente em uma linha compreensível, frequentemente ancorada em cadeias causais, outras vezes acumulativa de informações nem sempre necessárias. No limite, este modelo narrativo de reconstituição do passado ancora-se na ambição de “narrar os fatos tal como eles de fato se sucederam” – dito atribuído a Ranke nos primórdios do desenvolvimento da Escola Histórica Alemã.

Distintamente deste modelo que postulava “reconstituir” o passado, a História-Problema dos Annales propõe “reconstruir” o passado em cada presente. O “problema”, e é esta a ideia que está por trás desta expressão, é precisamente o elemento em torno do qual se dá esta reconstrução. Trata-se de reconstruir o vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador. Para além disto, trabalhar com um “problema” pressupõe o gesto de reconhecer e explicitar para os leitores os conceitos e fundamentos que estão por trás do problema e das escolhas historiográficas, e não esconder estes conceitos dos olhos do leitor, para forjar o mito da neutralidade. Tudo na História-Problema deve ser explícito: também as fontes, os métodos, e mesmo o lugar de onde o historiador se pronuncia. Além disto, na historiografia da “História-Problema”, também as hipóteses adquirem especial importância; tal como dirá José Carlos Reis em seu ensaio sobre *A Escola dos Annales*, “a

história torna-se uma empresa teórica.”⁴⁵

Ato contínuo à instituição de uma História-Problema é uma nova noção do fato histórico. Nos manuais da escola Metódica, o fato histórico existia externamente à ação do historiador, e encontrava-se objetivamente instalado no documento histórico. A dupla crítica documental, externa para assegurar a autenticidade do documento, e interna para confirmar a autenticidade da informação, seria suficiente para recuperar esse fato histórico projetado na documentação. A partir daí, bastaria encaminhar uma operação de ordenamento cronológico, e os fatos praticamente falariam por si mesmos, bastando ao historiador cumprir esse papel de mediação, de operador técnico que a partir de operações muito precisas permite que se reconstitua o processo histórico. É contra este modelo que a “História-Problema” se oporá.

Se a operação historiográfica é regida por um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da História por ela liberados, todo fato histórico passa a ser conseqüentemente uma construção do historiador. O que vai instituir como fato histórico uma informação, um dado ou um aspecto qualquer da realidade vivida e registrada em fontes diversas é o problema proposto pelo historiador, o recorte histórico por ele construído, para além do horizonte teórico constituído. De igual maneira, os fatos históricos não se restringem mais ao mundo político, uma vez que as problematizações propostas pelo historiador dizem também respeito à cultura, à economia, aos modos de pensar e de sentir, aos movimentos demográficos. Um célebre dito de Karl Marx, que afirmara que “tudo é história” – no sentido de que nada escapava ao movimento da História – era agora reapropriado pelos Annales para significar que tudo era legítimo de ser estudado pelo historiador, e não apenas aquele pequeno setor da dimensão política de uma sociedade que correspondia à História da Política tradicional, da guerra, da diplomacia e das elites políticas, universo ao qual praticamente se restringira o historicismo mais tradicional. “Tudo é história” passava a ser, a partir de então, um dos sentidos possíveis para a expressão História Total (a “história de tudo”, em uma de suas aberturas de significado; a “história do todo”, na sua acepção holística).

A possibilidade de ultrapassar os estreitos limites dos fatos políticos também ensejou uma ampliação no universo de fontes dos historiadores. Doravante, não mais lhes interessarão apenas as fontes de arquivo e as crônicas que dizem respeito à História Política tradicional. Qualquer vestígio ou qualquer evidência – dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais – podia ser agora legitimamente utilizados pelos historiadores. A revolução documental e a nova definição de

fonte histórica era uma das grandes novidades trazida pelas primeiras gerações da Escola dos Annales.⁴⁶

INTERDISCIPLINARIDADE

Como já ressaltamos, todos os estudiosos do movimento dos Annales são unânimes em apontar a ‘Interdisciplinaridade’ como o grande traço de identidade que unifica todo o movimento dos Annales. A Interdisciplinaridade, de certo modo, assegura a possibilidade de unir os vários aspectos atrás referidos: a História-Problema, o caráter construtivo (e não reconstitutivo) da História, a ampliação de fontes históricas (e de metodologias para a sua abordagem), e, por fim, a expansão dos campos históricos e das possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador.

Fundamentalmente, ‘Interdisciplinaridade’ é uma expressão que se refere ao diálogo entre disciplinas. Hoje em dia, utiliza-se a palavras ‘Transdisciplinaridade’ para uma cooperação entre várias disciplinas ou profissionais ligados a diversas áreas de saber, em um Projeto Integrado, por exemplo, mas sem que a Pesquisa ou o Projeto tenha uma disciplina-base. Já ‘Interdisciplinaridade’ refere-se à prática, no interior de certo campo de saber, de se lançar mão de metodologias ou aportes teóricos apropriados de outras disciplinas, estabelecer diálogos com outros campos de saber, enriquecer uma disciplina com pontos de vista oriundos de outras, e, o que é particularmente importante para o tipo de Interdisciplinaridade que seria construída pelos Annales, abordar certo objeto de análise comum a outros campos de saber.

Ao eleger como sua preocupação fundamental o Homem enquanto “ser social” (e não mais as elites e instituições políticas que ocupavam o centro das atenções dos historicistas tradicionais), a Escola dos Annales estabeleceria a sua dimensão interdisciplinar como um dos traços mais fortes e característicos do seu programa de ação. A expansão dos campos históricos para além da tradicional História (da) Política na qual se concentrava o historicismo tradicional torna-se uma consequência imediata. Do diálogo e da constituição de um objeto em comum entre a História e a Economia, a Sociologia, a Geografia, surgem como novas modalidades históricas, respectivamente, a História Econômica, a História Social, a Geo-História. Breve, com a ampliação do diálogo em direção à Antropologia e à Demografia, surgiriam de um lado a História Antropológica e a História Cultural, e de outro lado a História Demográfica. Estes novos espaços intradisciplinares são os sintomas mais claros de uma Historiografia que agora se afastava da Filosofia – principal espaço de diálogo para o Historicismo – e que se tornava uma ciência social, como as outras.

OS ANNALES E SEU TEMPO HISTÓRICO

Outra inovação importante trazida pela Escola dos Annales, e que contribui para trazer-lhe mais um traço de identidade a somar ao conjunto de características que poderia ajudar a configurar este movimento como uma “escola”, refere-se às novas possibilidades de tratamento do Tempo Histórico, aspecto que é particularmente enfatizado por José Carlos Reis em algumas de suas obras sobre o movimento dos Annales.⁴⁷ A “Longa Duração” realiza o projeto de apresentar uma “imagem imóvel do devir”. A ideia desta nova forma de tratamento temporal, próxima à “Estrutura” que já era operacionalizada por algumas das ciências sociais a partir de alguns das suas correntes, era a de criar uma interação entre mudança e permanência, enquadrar a mudança, por assim dizer, na moldura da Longa Duração. A proposta diferencia-se do conceito de “estrutura” tal como praticado nas ciências sociais da época, uma vez que estas tendiam a desconsiderar o evento, mas ao mesmo tempo estabelecia-se aqui um diálogo. Estruturar o Evento, ou, como propusemos, oferecer uma imagem imóvel, mais controlável, mas passível de análise, ao Devir Histórico ... eis o projeto conceitual por trás da ideia de longa duração.

Em *Arqueologia do Saber*⁴⁸, Michel Foucault identifica uma íntima relação entre a possibilidade de pensar a ‘longa duração’ e uma nova postura do historiador frente às fontes históricas. ‘Longa Duração’ e ‘Série Documental’ – noção que dominará todo um novo padrão historiográfico entre 1945 e 1975 – surgem aqui como proposições complementares. A possibilidade de estabelecer séries massivas de documentos, nas quais cada fonte deixa de ser isolada para ser percebida em um conjunto mais amplo que se estende cronologicamente, foi precisamente o que teria habilitado o historiador para atuar historiograficamente em um registro mais extenso, percebendo permanências e variações graduais. A ‘Longa Duração’ deriva da ‘Série’, conforme ressalta Foucault.

O novo tempo proposto pelos Annales, o que ficará bem exemplificado com as obras de Fernando Braudel, tal como a célebre obra sobre *O Mediterrâneo*⁴⁹, comportará a possibilidade de durações diferenciadas. No âmbito mais amplo da longa duração, o tempo se apresenta estrutural; no seu interior ocorrem mudanças, mas estas se resolvem no interior da estrutura (um período com determinadas características) através de repetições, ciclos, regularidades. Desta maneira, os Annales abrem espaço para se pensar o tempo em termos de um enquadramento de diferentes ‘durações’ – projeto que assumiria a sua forma mais sofisticada com Fernando Braudel – e as estruturas teriam sua própria história, associadas a um tempo lento, de tal maneira que uma estrutura poderia ser contraposta a outra em termos de alteridade (e não

de continuidade). No interior das estruturas sim, poderiam ser abordadas as média e curta duração, de modo que o projeto braudeliano de durações enquadradas conseguiria estabelecer uma conciliação entre o tempo agitado da história tradicional e o tempo imóvel das ciências sociais emergentes. Esse ‘tempo estrutural’, ao pressupor Constância, Regularidade, Ciclos, Permanências, Reversibilidade, poderia abrir caminho para novas abordagens e metodologias voltadas para o quantitativo, para a serialização, para a percepção do coletivo e do massivo por oposição ao individualizado. Esta nova representação do tempo histórico, enquadrada pela longa duração, seria de acordo com José Carlos Reis⁵⁰ o principal traço distintivo que permitiria falarmos dos Annales como “Escola”. Da nova representação do tempo histórico trazida pelos Annales – e que se constituiria na verdade em uma solução para a necessidade de interdisciplinaridade com as Ciências Sociais – desdobrar-se-ia todo um conjunto de aspectos que hoje são ressaltados como traços distintivos dos Annales, oportunizando novos objetos, novas fontes buscadas pelos historiadores, novas abordagens e metodologias, e uma nova concepção do que deveria ser o trabalho do historiador.

OS ANNALES: SUAS FASES E DESCONTINUIDADES INTERNAS

Quando se examina a história dos Annales – isto é, a sua passagem e influência pela historiografia desde os combates de seus primeiros fundadores até os seus desdobramentos nas últimas décadas do século XX – tem-se diferentes visões possíveis com relação às continuidades e descontinuidades do movimento. François Dosse, por exemplo – implacável crítico dos novos dirigentes da Revista dos Annales, que ele denuncia como encaminhadores de uma “História em Migalhas” – postula que existem drásticas rupturas entre o projeto historiográfico dos historiadores que dominam a atual *Nouvelle Histoire* e o projeto de história global que era sustentado pelos fundadores e consolidadores da Escola dos Annales até 1968⁵¹. Sua visão é distinta não apenas dos próprios representantes da *Nouvelle Histoire*, que postulam uma herança em relação aos Annales dos primeiros tempos, como também diverge de alguns autores que refletiram sobre os rumos do movimento, como foi o caso de Peter Burke em seu pequeno livro “A Escola dos Annales – a revolução francesa da historiografia”. Burke, por exemplo, procura enxergar uma significativa continuidade entre novos historiadores franceses como Jacques Le Goff ou Georges Duby e nomes já clássicos como Marc Bloch e Fernando Braudel (representantes das duas primeiras gerações dos Annales). Por isso, acompanhando o posicionamento de outros historiógrafos, Burke não rejeita para os novos dirigentes da Revista dos Annales o rótulo de “Terceira Geração

dos Annales”. Há também a posição de Iggers, registrada em seu livro sobre *As Novas Direções na Historiografia Européia*⁵², que não discute tanto a ruptura da *Nouvelle Histoire* a partir de 1968 (relativamente recente quando publicou seu ensaio) e que prefere colocar em relevo uma ruptura que teria já ocorrido em 1945 entre as duas primeiras gerações dos Annales, a ruptura que separa a “história estrutural qualitativa” dos primeiros tempos e a “história conjuntural quantitativa” que passaria a predominar em seguida.

François Dosse, em *História em Migalhas*, será o principal inventariante das rupturas entre o grande arco que une as duas primeiras gerações dos Annales e a nova direção trazida pela chamada *Nouvelle Histoire*, embora indique algumas continuidades importantes entre esta geração que se afirma a partir de 1968 e as duas gerações que conduziram os Annales até a morte de Braudel. As continuidades seriam a Interdisciplinaridade (até perigosamente exagerada pelos novos, conforme sua análise), a emblemática referência a uma História-Problema, e a insistência de alguns historiadores do grupo em uma recusa do Político. Entre as descontinuidades, a mais grave – e na verdade a fundadora de outras rupturas – seria a rejeição de uma pesquisa globalizante em favor de uma fragmentação e pulverização da história que ele denomina de “História em Migalhas”, voltando contra seu próprio autor uma expressão proferida em 1974 por Pierre Nora por ocasião da divulgação de uma obra do grupo que foi intitulada “História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos.”⁵³

De acordo com François Dosse, a Interdisciplinaridade renovadora dos primeiros annalistas teria sido deturpada e perigosamente exagerada pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, que com isto ameaçavam sacrificar a identidade da história e fragmentar a produção historiográfica em uma quantidade descontrolada e desconectada de novos objetos e modalidades historiográficas, sem ligação umas com as outras.⁵⁴ Além disto, para este novo modelo historiográfico, teria sido rompido o modelo annalista original, que para além de analisar o Passado a partir de uma problematização do Presente, buscava considerar o Passado como uma instância que poderia beneficiar a compreensão do Presente e mesmo a sua transformação. Desta maneira, traindo essa interação entre temporalidades que fora a marca da historiografia anterior, com os historiadores da História em Migalhas o diálogo entre Presente e Passado estaria rompido, e o Passado começaria a ser cultuado como campo de análise a ser contemplado unidirecionalmente, sem o benefício que poderia ser trazido pelo retorno ao Presente da reflexão sobre os tempos históricos anteriores para o vivido atual. De alguma maneira, a História teria voltado a ser objeto de análise para colecionadores, tal como na história antiquária que havia sido condenada pelos próprios fundadores dos Annales. Esta é a crítica de François Dosse aos historiadores franceses que, então, dominavam institucionalmente

os principais meios de produção e difusão historiográfica a partir do discurso de herança e continuidade do projeto original dos Annales. Seu livro *História em Migalhas* tem portanto o tom da denúncia de uma impostura, que é encaminhada de fora, por um historiador que não pertence ao círculo privilegiado pelos novos dirigentes dos Annales.

Ao abordar o contexto que teria favorecido a pulverização historiográfica encaminhada pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, sobretudo a partir dos anos 1980, Dosse denuncia as concessões à Mídia, ávida por objetos fáceis, superficiais, curiosos, por vezes esdrúxulos, mas de todo modo brilhantes como lantejoulas prontas a assegurarem uma fatia significativa do mercado editorial e midiático. Ao aceder ao apelo e imposições da mídia por transformar a História em uma fábrica de mercadorias historiográficas de consumo, os Annales estariam dando encaminhamento a um Projeto conservador de falsa assimilação das diferenças, já que o resultado final da apresentação de uma miríade de objetos curiosos para o mercado de consumo seria a superposição de diferenças desconectadas entre si e sem relação a um centro, que não existiria.

De todo modo, ainda admitida a unidade do movimento em um circuito mais amplo, é inevitável identificar fases distintas na história do movimento e exemplos significativos que produzem redirecionamentos ou novas ênfases. Hexter, que escreveu em 1972 um importante artigo sobre “Braudel e o mundo Braudeliano”, assinala três eventos cruciais e redefinidores dos caminhos a serem percorridos pelo grupo: (1) em 1929: a fundação do movimento; (2) em 1946-1947, no contexto do pós-Guerra e da reconstrução europeia, a refundação do movimento por Lucien Febvre, que passa a ocupar a direção de posições institucionais importantes; e (3) 1956-1957: a sucessão de Febvre por Braudel, após a morte do primeiro, encetando uma grande expansão e crescimento da influência dos Annales no mundo ocidental.⁵⁵ Certamente que um quarto momento (4), emblematizado pelo ano de 1968, ajudaria a compreender as significativas mudanças que se dão na própria direção da Revista dos Annales – partilhada a partir de então entre Braudel e um novo grupo de historiadores – o que é acompanhado por uma clara mudança nos rumos do movimento. Por fim, (5) 1989 parece ser igualmente o marco de uma nova fase, e são deste mesmo ano dois editoriais da *Revista dos Annales* que expressam claramente as incertezas de um novo tempo.

Podemos encerrar lembrando a polêmica sobre aquilo em que se constituiria, afinal, a Escola dos Annales. Se temos uma Escola, ela insere-se em um paradigma mais amplo, constitui a partir de si mesma um novo paradigma, ou dá origem a paradigmas diversos? Ou, ainda, esta escola participa de paradigmas que já existiam, à sua época, no horizonte historiográfico disponível aos historiadores. Os elementos atrás apontados – a interdisciplinaridade, a

história-problema, a abertura para novas formas de concepção da temporalidade, com a conseqüente ampliação de fontes, temáticas e dimensões da sociedade a serem examinadas – constituiriam um paradigma novo? Para Stoianovich, em ensaio de 1976 no qual se refere, em seu próprio título, a um “Paradigma dos Annales”, este se referiria ao período entre 1946 e 1972, no qual se faz sentir a influência de Braudel, principal articulador de um “paradigma estrutural-funcionalista.”⁵⁶ Jacques Revel⁵⁷, de sua parte, expressa-se em termos não de um, mas de vários “paradigmas dos Annales”. Em artigo de 1979 intitulado “Os Paradigmas dos Annales”, reconhece como grande elemento de unidade entre as três gerações dos Annales a interdisciplinaridade. Entende os Annales, por outro lado, não como uma “escola”, mas como feixe de paradigmas. Seria a abertura para as diversas ciências sociais, que são múltiplas, o que teria dotado os Annales de certo repertório de paradigmas.⁵⁸

Dos autores brasileiros que mais atentamente estudaram o movimento dos Annales, uma interessante análise, que busca incorporar a ideia de Revolução Científica proposta por Kuhn, é trazida por José Carlos Reis no ensaio *A História – entre a Filosofia e a Ciência*⁵⁹, no qual sustenta a argumentação de que os Annales teriam revolucionado a historiografia ao adotar uma nova concepção do Tempo Histórico, para a qual foi também necessário estabelecer a Interdisciplinaridade com as demais ciências humanas e sociais que eram portadoras de uma nova visão do mundo social por oposição à historiografia tradicional. Também Peter Burke, que reconhece aos Annales, no próprio título de uma de suas obras, a categorização de “Escola”, sustenta que teria sido produzida pelos novos historiadores dos Annales uma verdadeira “revolução historiográfica”.

Naturalmente que os próprios historiadores franceses que postulam a herança dos Annales estabelecem as suas construções da história do movimento. É comum a menção à troca interdisciplinar de serviços como o grande elemento de novidade, o que de certa maneira reconstrói a memória historiográfica ao secundarizar o fato de que Henri Berr já propusera um diálogo entre campos disciplinares na sua *Revue de Synthèse*, publicada desde o início do século. A reconstituição de um passado heróico de lutas, em torno de Marc Bloch e Lucien Febvre, é também uma estratégia discursiva, bem como a dicotomização entre uma Nova e uma Velha História. Com relação à classificação como “Escola”, muitos a sustentam, mas há também os que a rejeitam, como foi o caso de Braudel em seu “Testemunho Pessoal”, publicado em 1972 no *Journal of Modern History*.⁶⁰ Em um dos editoriais de 1988 da Revista dos Annales, a rejeição da expressão “escola” ficará explícita, no sentido de se evitar o enrijecimento, a transformação do movimento em “capela” ou “instituição.”⁶¹

CONCLUSÕES

As Escolas Históricas constituem vasto campo de estudos para a Historiografia. Classificar um movimento como “escola”, quando o movimento a si mesmo não deixou clara a sua autopercepção de ser uma “escola”, é sempre uma construção historiográfica a ser sustentada em análise de documentos e tendências diversas. Pode-se dar ainda que determinado movimento postule ser uma “escola”, mas uma análise historiográfica posterior desenvolva uma argumentação rejeitando a possibilidade de aplicação do conceito “escola” ao movimento em questão. Mais do que tentar definir o que seria uma “escola”, há todo um trabalho de análise historiográfica que deve ser feito para aplicar este conceito a este ou àquele movimento.

De todo modo, são importantes os estudos sobre diversas escolas que surgiram desde o século XVIII até o século XXI, pois de alguma maneira elas são condutoras de toda a riqueza historiográfica que se pôde desenvolver nestes séculos. No Materialismo Histórico, por exemplo, poderíamos discutir a ‘Escola de Frankfurt’ ou a ‘Escola Britânica’, esta última reunindo autores do porte Thompson, Hobsbawm ou Christopher Hill, que tanto contribuíram para elaborações conceituais e metodológicas importantes para o Materialismo Histórico e para a historiografia como um todo.

A chamada Escola Inglesa do Marxismo representa na verdade apenas um grupo no quadro da historiografia inglesa, que mais tarde seria confrontado por um outro grupo de historiadores no seio da própria revista que sediou as suas propostas fundamentais, a *Past and Present*. De todo modo, a força do grupo expressou-se através de uma importantíssima contribuição teórico-prática que tendeu a flexibilizar a teoria marxista tal como era veiculada por setores mais ortodoxos no marxismo historiográfico. A Desconstrução da metáfora base / estrutura, que implicava em um padrão linear de determinismo, foi rediscutida por autores como o Edward Thompson de *Miséria da Filosofia*⁶² ou o Raymond Williams de *Marxismo e Literatura*.⁶³ Trazer a cultura para primeiro plano das análises marxistas, conectando-a com a política e a história social, permitiu por exemplo que fosse rediscutido o próprio conceito de “classe social”, passando a ser entendido não apenas como uma categoria econômica mas também como uma categoria cultural.

A Escola Inglesa do Marxismo, ao retomar novos textos de Karl Marx que até então haviam recebido pouca atenção – tal como os *Grundrisse*, escritos entre 1857 e 1858⁶⁴ – mostra que uma Escola também pode se constituir a partir da renovação de seus materiais de apoio, ou mesmo de novas leituras que se estabelecem a partir de antigos materiais. De igual maneira, uma nova Escola ou uma nova proposta grupal que se estabelece no seio de um paradigma

pode beneficiá-lo com sua renovação, fenômeno que ocorreu não apenas no âmbito do Materialismo Histórico como também no âmbito do Historicismo – este último atingindo realizações notáveis como os ensaios *Futuro Passado*, de Koselleck⁶⁵, autor que introduz com sua perspectiva historicista sobre os sistemas conceituais todo um novo campo de atuação para os historiadores, que é o da “história dos conceitos”.

Outro elemento importante a ser lembrado nestas considerações finais, é que o próprio contexto da história efetiva costuma reconfigurar o papel das “escolas históricas”, seu campo de atuação, seus modos de constituição. O desenvolvimento das redes mundiais de comunicação através da Internet e outros aprimoramentos tecnológicos, bem como as facilidades de transportes, tendem a deslocar para planos mais internacionalizados os movimentos e escolas, que antes tendiam a se apresentar como “escolas históricas nacionais”. O mundo torna-se mais intercambiante, as relações se apresentam como mais flexíveis, a informação circula cada vez mais com maior facilidade. Estes novos contextos explicam que muitos prefiram evitar a designação de “escola” para os agrupamentos historiográficos que se formam. No mundo contemporâneo, a possibilidade de pertencimento a diversas identidades também abre espaços para a inserção de um mesmo historiador em grupos diversos. O estudo das “Escolas Históricas”, de qualquer maneira, mostra-se importante para a compreensão da história da historiografia e também para a sua permanente renovação.

NOTAS

1 A *Revue Historique*, que se tornou o principal instrumento difusor de ideias da Escola Metódica, fora fundada por historiadores franceses de duas gerações: a de antigos positivistas como Taine e Renan, e a dos novos metódicos, que já combinavam a influência positivista a certos elementos historicistas, sendo possível citar entre seus componentes mais destacados Monod, Lavis e Seignobos. A Escola Metódica, através de sua *Revue Historique*, privilegiava ideias republicanas e, conforme Carbonell e Livet, combatia os monarquistas, católicos e aristocratas, que se agrupavam por sua vez em uma outra revista da época, a *Revue des Questions Historiques*. (CARBONELL, C.; LIVET, G. *Au berceau des Annales*. Toulouse, Presses de l'Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, 1983, p. 135).

2 BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1990.

3 Esta tese é defendida por Stoianovich no decorrer de seu estudo sobre os Annales. Stoianovich, Train. *French historical method – the Annales Paradigm*. Ithaca / London: Cornell University Press, 1976.

4 IGGERS, Georg G. *New Directions in European Historiography*. Middletown: Wesleyan University Press, 1984. p. 31.

5 GLÉNISSON, Jean. L'historiographie française et ses réalisations. *Comité Français de Sciences Historiques – la Recherche Historique en France de 1940 a 1965*. Paris: CNRS, 1965. p. x-xi.

6 François Dosse sustenta, ao longo de todo o seu ensaio de 1987, a ruptura entre os historiadores franceses que muitos consideram como uma “terceira geração dos Annales”, e o autêntico movimento dos Annales. ref: DOSSE, François. *A História em Migalhas – dos Annales à Nova História*. Campinas: Papirus, 1992. p. 249-259.

7 KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 9-17.

8 KUHN, Thomas. “As ciências naturais e as ciências sociais” in: *O Caminho desde a Estrutura*. São Paulo: Unesp, 2006. p. 265-273.

9 Thomas Kuhn considera que um determinado conjunto de fatores que afetam a comunidade científica tende a consolidar, nos candidatos a pesquisadores de determinada especialidade, uma “falsa ideia de linearidade” na evolução de seu campo de estudos, de modo que se estabelece um fundo de operações menos flexível que lhes impinge certas certezas acerca do tipo de conhecimento mais correto. Vai se formando então a crença em um certo modo de pensar que seria o correto, em determinados valores verdadeiros, o que termina por favorecer nos praticantes uma certa resistência às mudanças que, apesar disto, terminarão por ocorrer. Quando as explicações para os fenômenos que se apresentam começam a ser contraditadas pelas novas realidades, ou quando outras explicações concorrentes são apresentadas em eventos científicos e começam a amearhar a tendência a serem aceitas por um número cada vez mais significativo de cientistas, quando a maior parte das práticas começam a aderir às teorias mais recentes e adotam novos procedimentos metodológicos, que antes não eram aceitos, logrando alcançar resultados científicos mais satisfatórios, percebe-se que está praticamente instalado um novo paradigma.

10 Em 1969, Kuhn acrescentou um “Posfácio” à edição de *A Estrutura das Revoluções Científicas*. É neste novo texto que ele introduz a noção de “matriz disciplinar”. O Posfácio de 1969 está incluído na tradução do livro de Kuhn para o português (op. cit. p. 219-260.) Para a nova noção que Kuhn contrapõe ao conceito de “paradigma”, ver KUHN, Thomas, “Posfácio – 1969” In: *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 228.

11 CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119 [original: 1974].

12 Sobre isto, ver também MARTINS, Estevão Rezende. “História” in *Crítica – Revista de Filosofia*. Agosto de 2004. http://criticanarede.com/fil_historia.html. Ver também ROIZ, Diogo da Silva. A Crise dos paradigmas nas ciências sociais – uma questão relativa à Teoria da História? *Topoi*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, pp. 261-266. / A obra de Rösen acha-se traduzida para o português: RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: EDUB, 2001.

13 GINZBURG, Carlo. “Raízes de um Paradigma Indiciário” In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 143-179 [original: 1986].

14 GINZBURG, Carlo. “Provas e Possibilidades” In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. 179-202 [original: 1979].

15 WHITE, Hayden. *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972 [original inglês: 1973].

16 GOOCH, G. P. *História e historiadores em el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942 [original: 1913].

17 ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica*. Bauru: EDUSC, 2006 [original: 1995].

18 SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [original: 1971]. Ver em particular o princípio do capítulo I da 2ª Parte, no qual Schaff chega a declarar: “a personalidade mais representativa da tendência positivista é certamente Leopold Von Ranke. As suas palavras, segundo as quais incumbe ao historiador não a apreciação do passado, nem a instrução dos seus contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou – *wie es eigentlich gewesen* – tornaram-se de certa maneira as palavras de senha da escola e permaneceram, contra ventos e marés, para numerosos historiadores” (SCHAFF, op. cit., p. 101-102).

19 Para recolocar este dito nas suas devidas proporções, sem superinterpretá-lo, ver toda a argumentação que Peter Gay desenvolve no capítulo dedicado a Ranke de seu ensaio *O estilo na História* (GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [original: 1974]).

20 DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama – reflexões sobre o Tempo em História*. Belo Horizonte: UFMG/Iluminuras, 1996. p. 218.

21 FONTANA, Joseph. *História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004 [original: 1995].

22 IGGERS, G. *The German Conception of history*. Middletown: Wesleyan University Press, 1968.

23 MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su genesis*. Mexico: FCE, 1982 [original: 1936].

24 HEUSSI, Karl. *Die Krisis des Historismus*. Tübingen, 1922.

25 FONTANA, op. cit., p. 222-230.

26 RANKE, Leopold Von. *History of the Latin and Teutonic Nations from 1494 to 1514* [História dos Povos Romanos e Teutônicos]. London: Kessinger Publishing, 2004. [original: 1824].

27 NIEBUHR, B. G. *History of Rome*. London: Leonhard Schmitz. 1828-1842. 3 vol.

28 PASAMAR, G. *La Historia Contemporânea – aspectos teóricos e historiográficos*. Madrid: Sintesis, 2000. p. 32.

29 BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Labor, 1937 [original: 1889].

30 GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2008, 9ª edição. [original: 1960].

31 RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*. Paris: Seuil: 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papius, 1994].

32 MARROU, Henri Irénee. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Aster, 1974.

33 DROYSEN, J. Gustav. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. (org. Peter Leyh). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977, p. 235-236.

34 Sobre isto, ver RUSEN, Jörn. Narratividade e Objetividade. *Textos de História*. vol. 4, n. 1, 1996. Brasília: UNB, p. 75-102.

35 RUSEN, op. cit., p. 65.

36 GERVINUS, Georg Gottfried. “Grundzüge der Historik” (As Grandes Linhas da História) in: *Schriften zur Literatur*. Berlim: Erler, 1962. p. 49-103 [original: 1837].

37 SYBEL, Heinrich von. “Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung” (Sobre o Estado da Moderna Historiografia Alemã, 1856) In:

Kleine historische Schriften. Munich: 1863.

38 FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire* (1953). Paris: Armand Colin, 1965.

39 DOSSE, op. cit. p. 43-59.

40 CARBONELL, C. e LIVET, G. *Au berceau des Annales*. Toulouse, Presses de l'Institut d'Études Politiques de Toulouse, 1983.

41 CARBONELL, C. L'histoire dite positivista em France. *Romantisme*. Nº 21-22, Paris: *Revue de La Société des Études Romantiques*, 1978.

42 Incluído em *Combats pour l'histoire*, op. cit, p. 276-283.

43 NIETZSCHE Friedrich. “Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida” in *Escritos sobre a História*. Rio de Janeiro: Loyola, 2005 [original: 1874].

44 SIMIAND, F. *Méthode historique et science sociale*. Annales ESC. Nº 1, jan/fev 1960 [original: *Revue de Synthèse*, 1903].

45 REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 75.

46 Ver AYMARD, M. The Annales and French Historiography (1929-72). *Journal of European Economic History*. Vol. 1, nº 2. Roma: Banco di Roma, 1972, p. 502; e REIS, op. cit., p. 78.

47 REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; (2) REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. São Paulo: Ática, 1994.

48 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986 [original: 1969].

49 BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. [*La Méditerranée et le monde méditerranée à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1949. 3 vol] [edição ampliada: 1966].

50 REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. p. 9-35.

51 DOSSE, *A História em Migalhas*, op. cit. p. 94-98.

52 IGGERS, G., 1984.

53 NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (orgs). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. 3 vol. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [original: *Faire de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1974].

54 Sobre isto, ver REIS, op. cit., p. 188.

55 HEXTER, J. F. Braudel and the Monde Braudélien. *Journal of Modern History*, n. 4. Chicago: University of Chicago Press, December 1972, p. 493.

56 STOIANOVICH, op. cit, p. 236.

57 REVEL, Jacques. Les paradigms des Annales. In: *Annales ESC*, n. 6, Paris: A. Colin, nov/dec 1979.

58 Revel parece conceber que o pluralismo da historiografia inicia-se ou acentua-se a partir do século XX, com a contribuição dos Annales. Mas se considerarmos que desde o século XIX já se contrapõem três paradigmas – o Positivista, o Historicista e o trazido pelo Materialismo Histórico, para não falar da filosofia hegeliana da história – pode-se entender que a historiografia sempre constituiu uma matriz disciplinar pluralista.

59 REIS, José Carlos. *A História – entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

60 BRAUDEL, Fernando. Personal Testimony. *The Journal of Modern History*, n 44 (4). Chicago: Chicago University Press, 1972.

61 LEPETIT, Bernard. Histoire et Sciences sociales: um tournant critique? *Annales, ESC* n° 2, Paris: A. Colin, mar/avr 1988, p. 291-293.

62 THOMPSON, Edward. *Miséria da Teoria ou: um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981 [original: 1978].

63 WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. London: Oxford University Press, 1977 [original: 1971].

64 O volumoso manuscrito que recebeu este nome havia sido concebido por Karl Marx como uma preparação às suas mais alentadas obras de análise sobre o modo de produção capitalista, respectivamente a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867). Contudo, os *Grundrisse* teriam de esperar 81 anos para serem publicados pela primeira vez, o que ocorre em Moscou entre 1939 e 1941. O texto só retornaria à Alemanha, na sua forma completa, em 1953. Em 1964, foi traduzida para o inglês a parte dos *Grundrisse* intitulada “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, que recebeu um importante prefácio de Eric Hobsbawm. / Para a edição alemã dos *Grundrisse*, ver MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (Linhas Básicas para a Crítica da Economia Política). Berlim: Dietz, 1953 [original: 1858].

65 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].